

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Journal do Brasil

Class.: 136

Data: 13/02/80

Pg.: 02

Índios

O presidente da Funai, demissionário?

O ministro do Interior, Mário Andreazza, desmentiu ontem a notícia de que o presidente da Funai, coronel Nobre da Veiga, estaria demissionário por ter-se incompatibilizado com indigenistas e antropólogos contrários à sua política. Segundo o ministro, não há crise na área da Funai, já tendo sido encaminhado ao presidente da República o projeto de reformulação da entidade, visando basicamente à sua descentralização.

Mas na sede da Funai os funcionários garantem que o clima é de grande tensão, especialmente depois de Nobre da Veiga ter declarado que dirigia a Funai "não para resolver o problema do índio, mas o problema da

Nação". As críticas mais severas que o coronel tem recebido são de que ele tem preferido dialogar com os proprietários de terras e empresários com interesses nas áreas indígenas do que com as lideranças dos índios. Além disso, Nobre da Veiga está sendo acusado de empregar na Funai apenas militares reformados (ele já tem como assessores diretos 12 coronéis).

A descentralização da Funai, em estudo na Presidência da República, também é encaráda com desconfiança pelos indigenistas, que temem a transferência do tratamento dos problemas indígenas para o âmbito estadual, o que deixaria muitas comunidades vulneráveis.

Os dois novos inimigos dos yanomamis

Os oito mil índios yanomamis brasileiros ganharam recentemente dois perigosos inimigos para a criação de seu parque: o projeto de lei número 2.284, de 1979, e o ouro. As duas ameaças, apesar de origens diferentes, têm um grave ponto em comum, que é o de poder representar o fim de uma das últimas civilizações indígenas "virgens" da Terra, cuja preservação já vem sendo defendida com vigor até na Europa e Estados Unidos.

Apesar disso, ontem, o ministro do Interior, Mário Andreazza, garantiu que o Parque Yanomami será criado, embora não saiba ainda qual será sua extensão.

O projeto de lei, de autoria do deputado Hélio Campos, de Roraima, foi apresentado em novembro e deve começar a tramitar em março, quando o Congresso Nacional reabrirá depois do recesso de férias. Sua proposta: que não se criem mais parques de qualquer natureza, numa faixa de 150 quilômetros, ao longo de toda a fronteira nacional.

A lei, se aprovada, atingirá cerca de 95% da área proposta como reserva indígena pela Comissão pela Criação do Parque Yanomami, localizada no extremo Norte brasileiro, fronteira com a Venezuela. Hélio Campos propõe a remoção de todos os índios, embora os contatos deles com a civilização branca se tenham limitado até agora a missionários religiosos; e, o que é pior, quase nenhum índio foi vacinado.

O autor do projeto de lei se justifica afirmando que "as áreas indígenas já existentes, a exemplo do que fizeram países como México e Estados Unidos, poderiam ser interiorizadas, e, assim, se atenderia melhor aos interesses do País". Por ocasião de sua filiação ao Partido Democrático Social, na sexta-feira, Campos voltou a afirmar que o projeto atende a "interesses da segurança nacional e à necessidade de liberar grandes extensões de terra para a exploração econômica".

— O senhor deputado Hélio Campos, antes de propor projetos de lei, deveria estudar um pouco de História. Ocorre que ao longo da fronteira dos Estados Unidos com o Canadá e o México há cerca de 20 reservas indígenas dentro de faixa dos 150 quilômetros. O mesmo acontece entre o México e a Guatemala — afirma Cláudia Andujar, presidente da Comissão pela Criação do Parque Yanomami.

Ela reforça sua afirmação abrindo sobre a mesa uma grande mapa dos Estados Unidos,

onde se destacam em amarelo as dezenas de reservas indígenas daquele país. No Estado do Arizona, por exemplo, a reserva de Papago, com um milhão de hectares, aproximadamente, está situada exatamente na fronteira com o México. As não menos importantes reservas de Fort Peck e Blackfeet, ambas no Estado de Montana, situam-se a menos de 150 quilômetros da fronteira com o Canadá.

Um detalhe que Cláudia faz questão de destacar: Hélio Campos, coronel-aviador da reserva e ex-membro do Conselho de Segurança Nacional, é amigo do brigadeiro Ottomar de Souza Pinto, governador do Território de Roraima, um dos mais ferrenhos defensores da idéia de se entregar as terras yanomamis à exploração mineral e agropecuária.

Outra notícia que vem causando temor e indignação entre os defensores do parque é a da descoberta de um grande filão de ouro na área onde vivem os yanomamis, e as inevitáveis manifestações pela imediata exploração das jazidas. Na semana passada, a região foi invadida por cerca de 30 garimpeiros do Pará, logo retirados pela Funai.

O próprio presidente da Fundação Nacional do Índio, coronel João Carlos Nobre da Veiga, visitou a área também na semana passada, mas voltou falando em "negociar" com a Comissão, visando a diminuir a proposta apresentada em um terço. Ou seja, em vez dos 6,4 milhões de hectares sugeridos, o parque teria quatro milhões. A área que seria desligada do parque, segundo Veiga declarou em Manaus sexta-feira, fica ao sul da Serra de Couto de Magalhães.

Acontece que, como diz Cláudia, essa área fica 50 quilômetros a sudeste da serra dos curucucus, onde ocorre a maior concentração dos yanomamis brasileiros, estimados pelo último levantamento da 10ª Delegacia Regional da Funai, sediada na capital Boa Vista, em seis mil.

— Liberar a área que fica bem no coração do Parque para a exploração do ouro representará dizimação da civilização yanomami — afirma Cláudia.

Apesar de lembrar que as jazidas encontram-se no interior de uma área indígena e, por isso, não podem por lei ser liberadas para a exploração, Cláudia teme uma invasão, pois "Couto de Magalhães não é um lugar controlado por missões ou postos da Funai".